

27º Encontro Técnico AESABESP - Associação dos Engenheiros da SABESP

Água ou Escassez: qual o futuro que queremos (Contexto de Atuação do Ministério das Cidades)

Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental

Engº Alceu Segamarchi Junior
Secretário Nacional de Saneamento
Ambiental - MCidades

São Paulo, 16 de agosto de 2016



TÓPICOS DA APRESENTAÇÃO - Parte I

Ø Contexto: o Mcidades e o Saneamento:

- ü Política Federal e principais medidas do Governo Federal para melhoria do setor;

Ø Principais Ações de Combate à escassez e o Plansab:

- ü Ações: Redução de perdas nos SAAs; Ampliação dos SESs; Ampliação da coleta e disposição adequada dos RSUs;

- ü Plansab: metas, recursos previstos, gestão; impactos no Plano em função da atual conjuntura econômica do País



ATUAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL EM SANEAMENTO BÁSICO

MTPS e Outros

MCIDADES

MS/FUNASA

MD

SANEAMENTO BÁSICO

MI/Codevasf

MMA

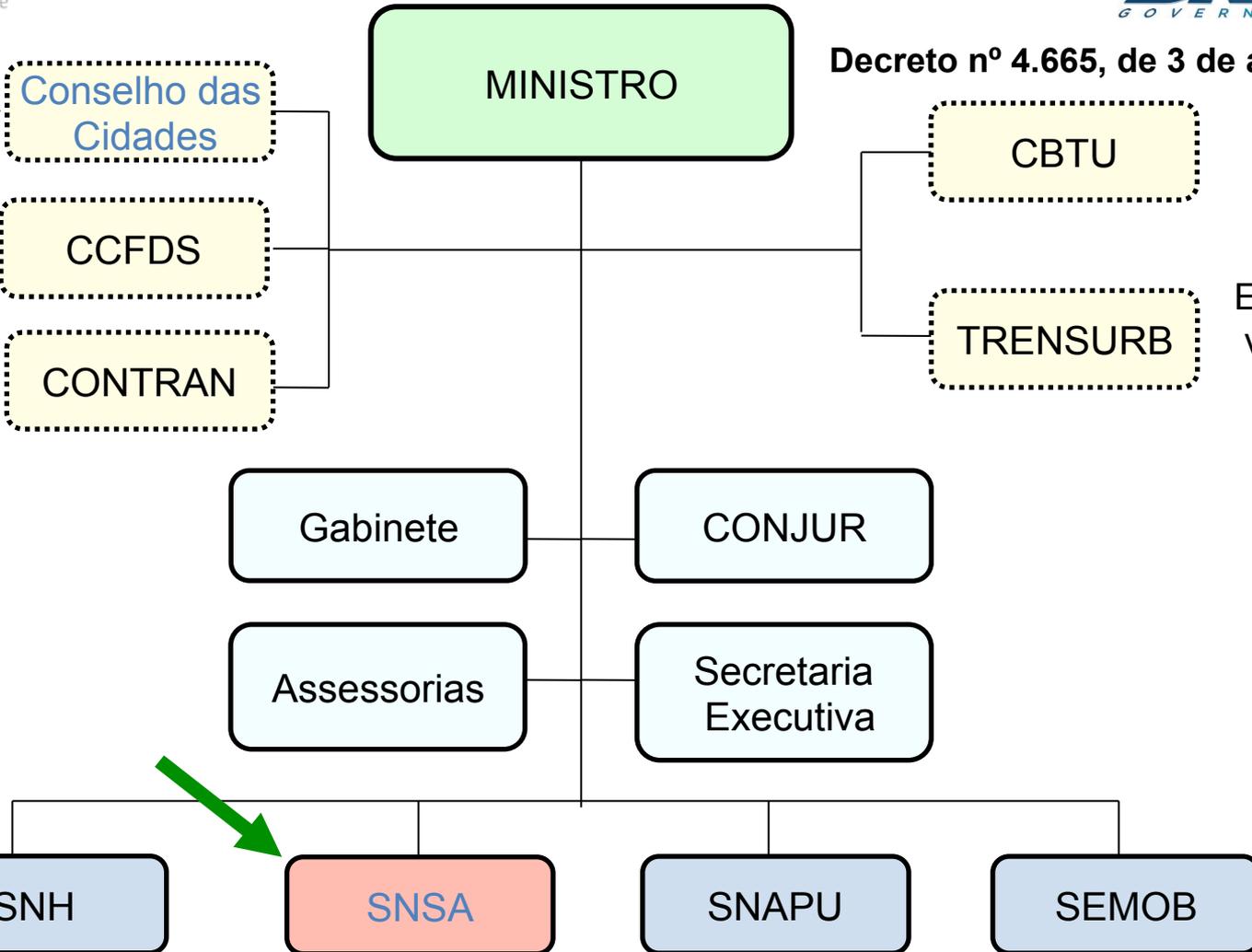
ANA

MDSA



Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003

Órgãos
colegiados



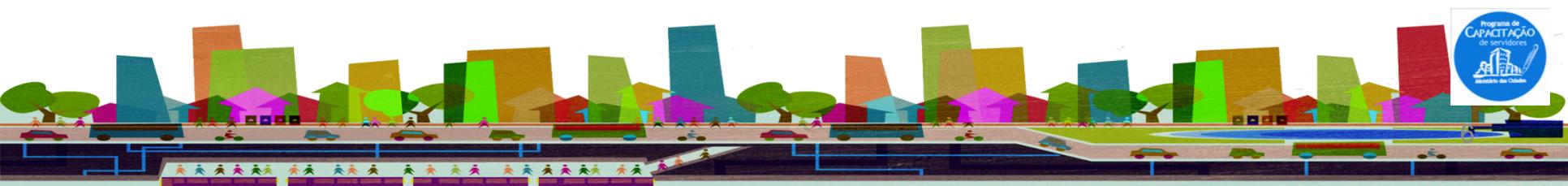
Entidades
vinculadas



AS QUATRO PRINCIPAIS MEDIDAS ADOTADAS PELO GOVERNO FEDERAL PARA MELHORAR O PANORAMA DO SANEAMENTO NO BRASIL



1- Criar de forma negociada com a sociedade e os atores do setor um marco regulatório para o saneamento básico



LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007.

ü Conhecida como a Lei do Saneamento

ü Estabeleceu um mínimo de segurança jurídica para o setor

ü Definiu diretrizes, princípios, objetivos, e mecanismos diversos

Exemplo:

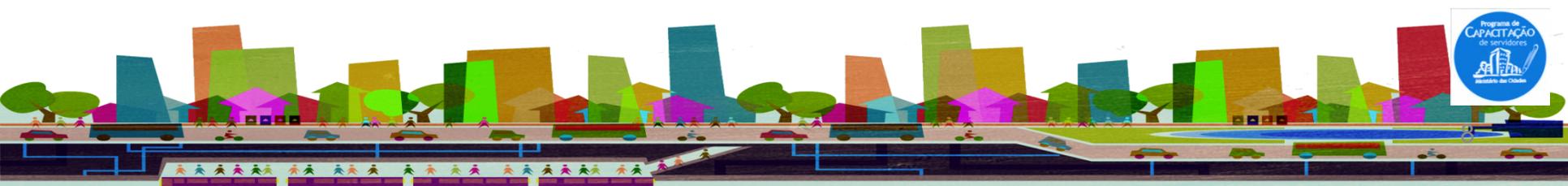
Art. 1º : Esta lei estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico.

Art. 2º Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

.....



2- Ampliar significativamente os recursos federais para o saneamento básico



Houve um acréscimo expressivo de recursos na média anual tanto de valores comprometidos* quanto de valores desembolsados**

* Valores comprometidos: investimentos futuros compromissados pela União e contemplam os valores dos contratos de empréstimos (financiamentos) mais os valores dos empenhos realizados com recursos não onerosos do Orçamento Geral da União - OGU;

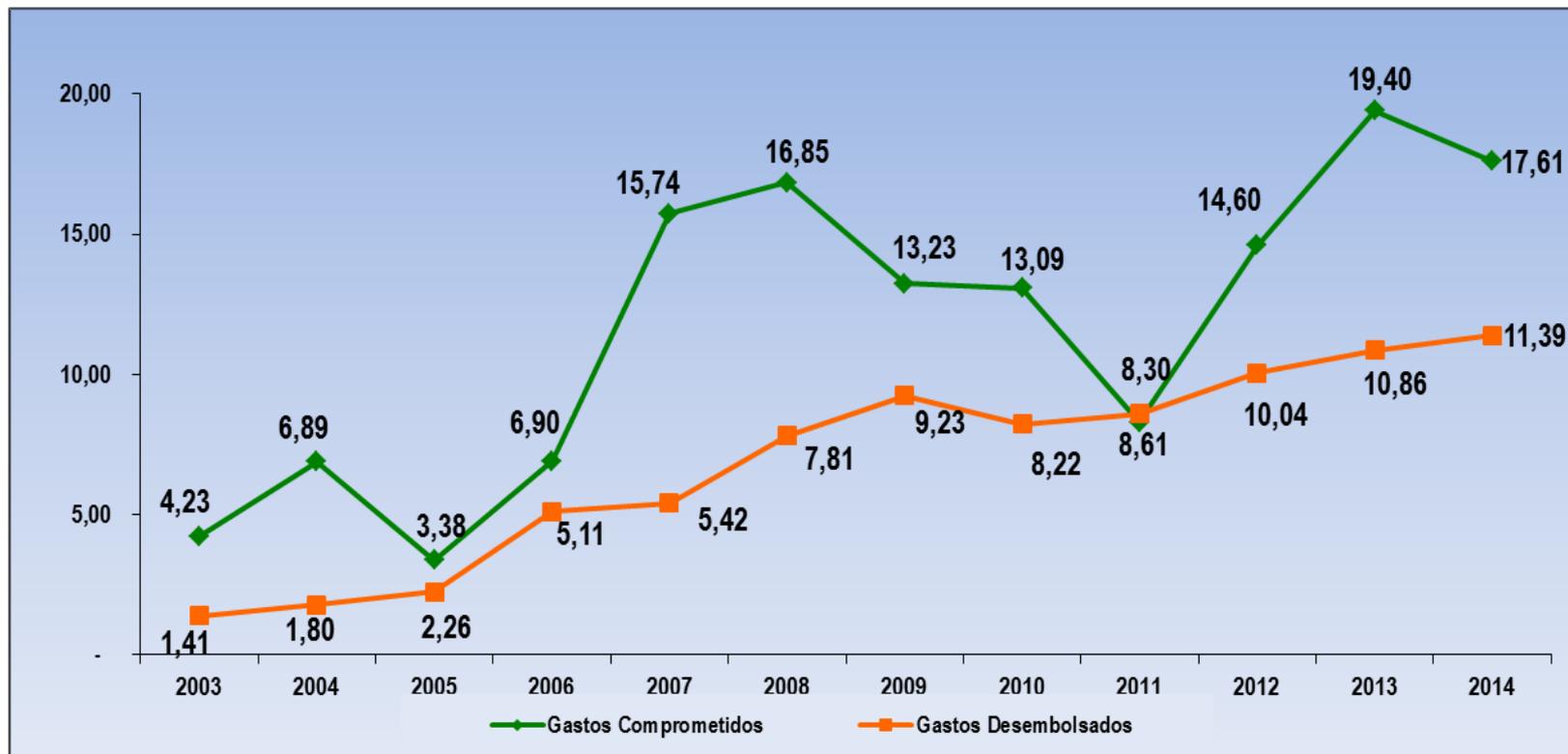
** Valores desembolsados: recursos financeiros efetivamente depositados pela União nas contas correntes dos empreendimentos e, usualmente, estão associados à execução física das etapas dos empreendimentos. Compreendem os valores "pagos" e "restos a pagar pagos" no exercício, para o OGU, e os desembolsos de empréstimos.



Retomada de Investimentos no Setor

Evolução dos Investimentos do **GOVERNO FEDERAL** no Setor Saneamento – 2003/2014

Valores em R\$ bilhões, atualizados pelo IGP-DI 2014



- Total Compromissado: R\$ 140,23 bilhões
- Total Desembolsado: R\$ 82,18 bilhões



3 - Priorizar também o planejamento do saneamento básico para curto, médio e longo prazos, de forma participativa



PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PLANSAB

üO Governo Federal concluiu em 2013 a elaboração do **Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab**, que foi objeto de consulta pública pela *internet*; submetido a 4 Conselhos Nacionais: das Cidades, da Saúde, de Meio Ambiente, e de Recursos Hídricos; e aprovado por Decreto, seguido de Portaria Interministerial*

* firmada pelos seguintes Órgãos Federais: I - Ministério das **Cidades**, II - **Casa Civil** da Presidência da República; III - Ministério da **Fazenda**; IV - Ministério da **Saúde**; V - Ministério do **Planejamento, Orçamento e Gestão**; VI - Ministério do **Meio Ambiente**; VII - Ministério da **Integração Nacional**;



PLANOS REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO

ü O MCIDADES deve coordenar a elaboração dos Planos de RIDEs – Lei 11.445/07:

Art. 52. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério das Cidades:

I – (...);

II - planos regionais de saneamento básico, elaborados e executados em articulação com os Estados, Distrito Federal e Municípios envolvidos para as regiões integradas de desenvolvimento econômico ou nas que haja a participação de órgão ou entidade federal na prestação de serviço público de saneamento básico.



PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO – PMSBs

ü Cabe a cada Município a elaboração do seu **Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB**, que deve contemplar os quatro componentes do saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza pública e manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais), com a participação social ao longo de todo o processo.



PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO – PMSBs

üA existência do **PMSB** é **condição obrigatória** para o Município poder acessar recursos federais a **partir de 2018**, nos termos do Art. 26, § 2º, do Decreto 7.217/2010.

Art. 26, § 2º, do Decreto 7.217/2010. “Após 31 de dezembro de 2017, a existência de plano de saneamento básico, elaborado pelo titular dos serviços, será condição para o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico”.



4 – Exigir o controle social nos empreendimentos de saneamento apoiados com recursos federais



O CONTROLE SOCIAL COMO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DO SANEAMENTO BÁSICO

üO controle social, definido pela Lei nº 11.445/2007 como um *“conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação”*, é um dos princípios fundamentais dos serviços de saneamento básico:

Art. 2º : Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

(...)

X - controle social;



O CONTROLE SOCIAL COMO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DO SANEAMENTO BÁSICO

ü O Decreto 8.211/2014 fixou a **vedação**, a partir de **31 de dezembro de 2014**, para acesso aos **recursos federais** ou aos geridos ou administrados por órgão ou entidade da União, quando destinados a serviços de saneamento básico, àqueles titulares que não tiverem instituído, por meio de legislação específica, o **controle social** realizado por órgão colegiado.



TÓPICOS DA APRESENTAÇÃO - Parte II

Ø Contexto: o Município e o Saneamento:

ü Política Federal e principais medidas do Governo Federal para melhoria do setor;

Ø Principais Ações de Combate à escassez e o Plansab:

ü Ações: Redução de perdas nos SAAs; Ampliação dos SESs; Ampliação da coleta e disposição adequada dos RSUs;

ü Plansab: metas, recursos previstos, gestão; impactos no Plano em função da atual conjuntura econômica do País



As **Principais Ações do Saneamento Básico** que são fundamentais para evitar ou minimizar um cenário de escassez futura de água são, dentre outras:

ü **Redução de perdas** nos Sistemas de Abastecimento de Água;

ü Ampliação dos Sistemas de **Esgotamento Sanitário**, com **coleta e tratamento** adequados;

ü Ampliação da **coleta e disposição** adequada dos **Resíduos Sólidos Urbanos**;

Estas ações estão detalhadas no **PLANSAB**:



PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PLANSAB

ü Todo **planejamento** deve ser um **processo**, e como tal, sujeito a **revisões periódicas** para avaliação de resultados e ajustes a novos cenários.

ü Foi criado por Decreto o **GTI Plansab***, que se reúne periodicamente para avaliar o cumprimento do Plano.

* Composto pelos 7 Ministérios que aprovaram a Portaria, e outros importantes órgãos atuantes em saneamento: VIII - CAIXA; IX - BNDES; X - Funasa; XI - ANA; XII – Cons. Nac. de Saúde; XIII - CONAMA; XIV - CNRH; e XV – Cons. das Cidades.



PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PLANSAB

- ü Os **cenários econômicos** atuais são preocupantes, com necessidade de ajustes fiscais e oscilações de arrecadação. A área econômica do Governo considera que quando o **equilíbrio fiscal** for obtido o País voltará a **crescer** em seguida.
- ü O Plansab envolve um **período de 20 anos**, permitindo que eventuais **problemas** em determinados anos possam ser **compensados** nos anos subsequentes

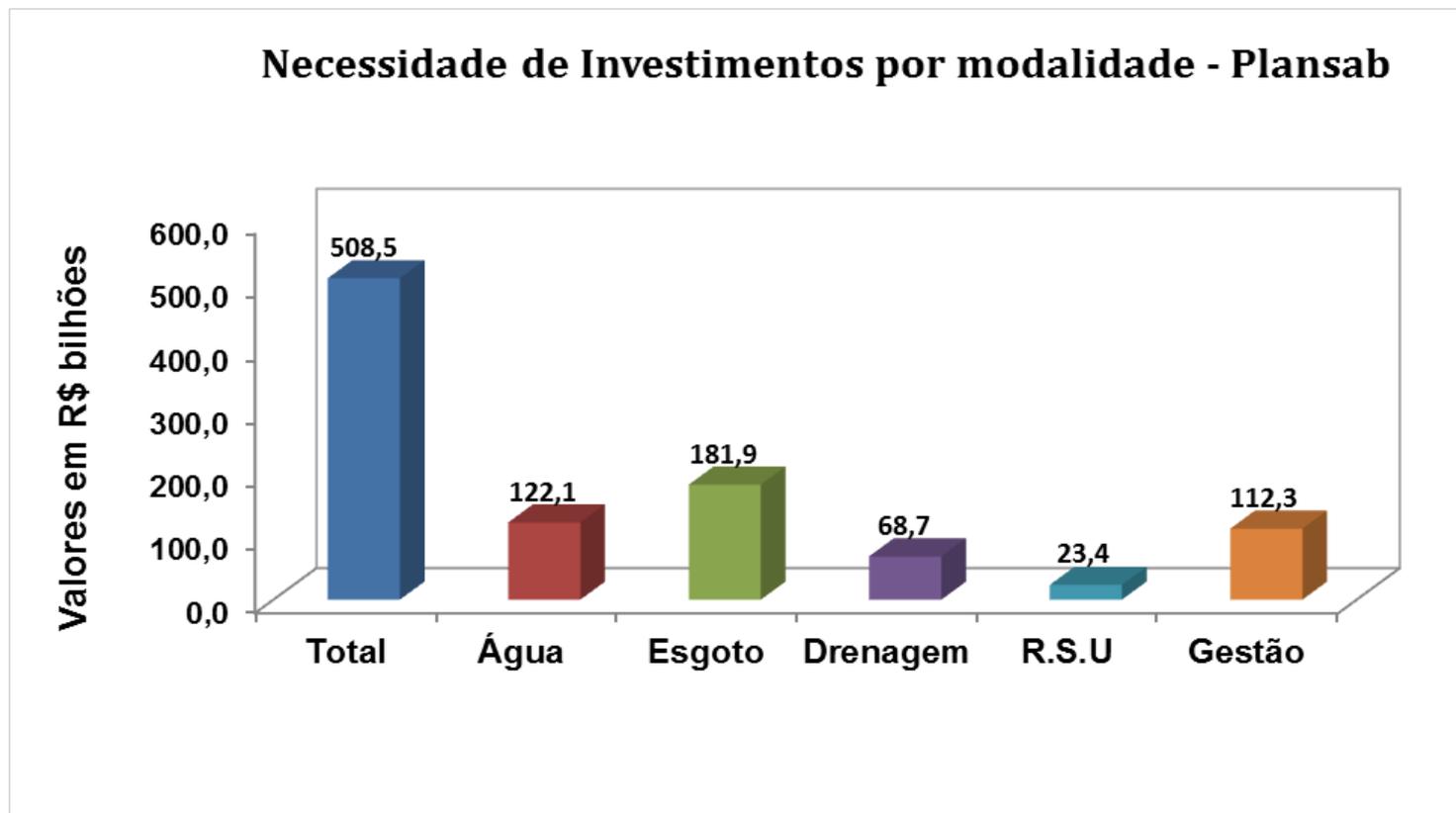


Principais metas do Plansab:

- ü **Universalizar** o abastecimento de **água** em áreas urbanas até 2023;
- ü Alcançar o atendimento de **93%** em **esgotamento** sanitário urbano até 2033;
- ü **Universalizar** a coleta e disposição adequada de **resíduos sólidos** urbanos até 2033;
- ü Diminuir as **perdas** na distribuição de água de **39%** em 2010 para **31%** até 2033 ;
- ü Diminuir a % de municípios com **enchentes**, de **41%** em 2010 para **11%** até 2033.



ü O Plansab também quantifica a necessidade de investimentos e elabora diretrizes para o saneamento



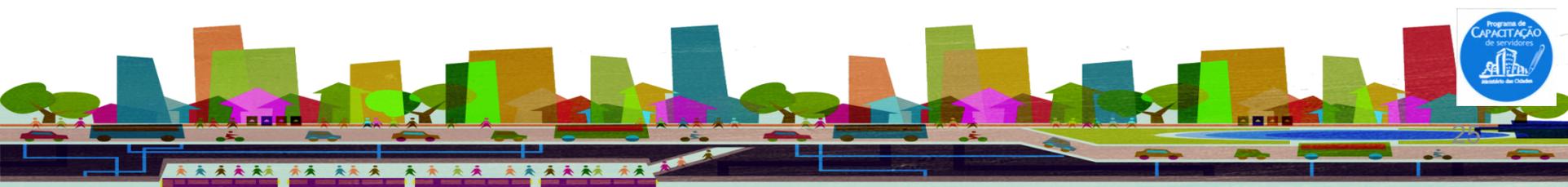
Detalhamento do Plansab

Necessidades de investimentos totais para atendimento das metas estabelecidas

(valores acumulados em milhões de reais) - Por Modalidade

Modalidade	Até 2018			Até 2023			Até 2033		
	Agentes federais	Outros agentes	Total	Agentes federais	Outros agentes	Total	Agentes federais	Outros agentes	Total
Abastecimento de Água	23.228,00	11.710,00	34.938,00	49.321,00	24.137,00	73.457,00	78.838,00	43.311,00	122.149,00
Esgotamento Sanitário	41.074,00	11.454,00	52.528,00	73.376,00	21.360,00	94.736,00	140.734,00	41.158,00	181.893,00
Resíduos Sólidos	10.386,00	6.216,00	16.602,00	11.098,00	7.767,00	18.865,00	12.418,00	10.943,00	23.361,00
Drenagem Urbana	10.457,00	10.943,00	21.400,00	20.616,00	21.587,00	42.203,00	34.205,00	34.500,00	68.705,00
Subtotal	85.145,00	40.323,00	125.468,00	154.411,00	74.851,00	229.261,00	266.195,00	129.912,00	396.108,00
Gestão	3.289,00	7.674,00	10.963,00	12.635,00	29.482,00	42.116,00	33.703,00	78.641,00	112.345,00
Total	88.434,00	47.998,00	136.432,00	167.046,00	104.332,00	271.378,00	299.899,00	208.553,00	508.452,00

* Gestão: parte dos investimentos em medidas estruturantes comum aos 4 componentes (planos e projetos; capacitação e assistência técnica; desenvolvimento científico e tecnológico; adaptações às mudanças climáticas; contingências e emergências; etc.).



AÇÕES DO MINISTÉRIO DAS CIDADES:

Cabe aos **titulares** dos serviços de saneamento a gestão e aos **operadores** dos sistemas as atividades necessárias para prestar os serviços dos SAAs e SESs. Aos órgãos de **regulação** cabe a **fiscalização**

A **SNSA** é o órgão **coordenador** e **planejador** da Política Federal de Saneamento Básico, **gestor dos recursos** de saneamento no âmbito do MCidades e **articulador intersetorial** no plano federal e nos demais níveis de governo.



COMO A EQUIPE DO MCIDADES ENTENDE PERDAS

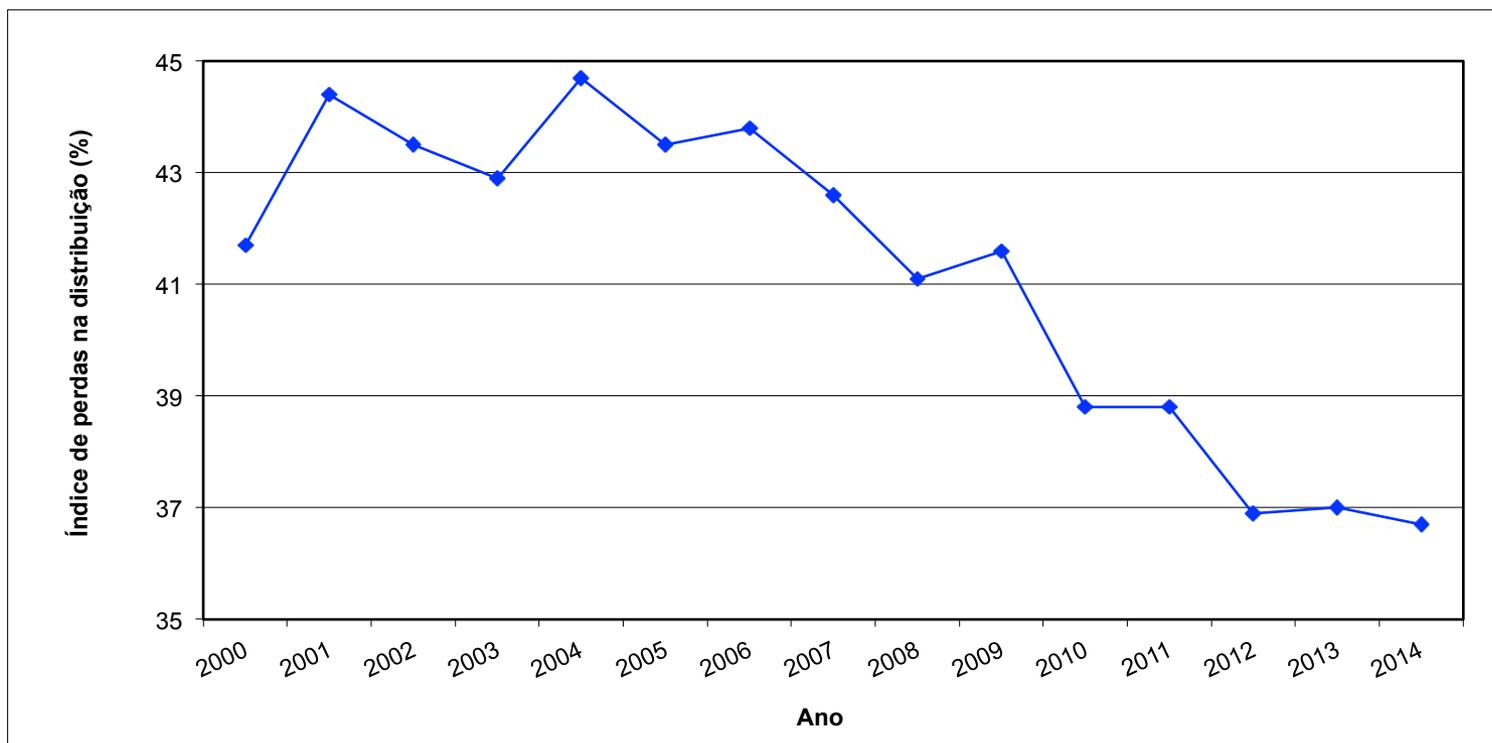
Perdas são **inevitáveis** no processo de distribuição, ocorrendo, em $>$ ou $<$ grau, em todos os SAAs, refletindo, em grande parte, a **eficiência operacional** do prestador de serviços e as condições da infraestrutura local.

A problemática das perdas de água é muito **complexa** e não se resolve num estalar de dedos. Envolve além de recursos mudanças de **paradigmas e de culturas**

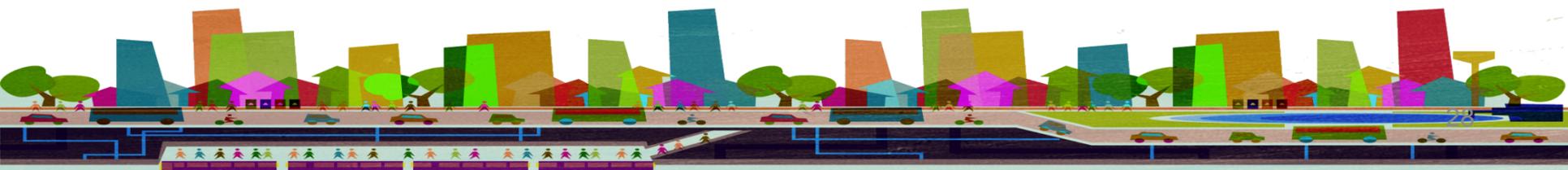


CONHECENDO AS PERDAS:

Em 2014 o índice de perdas na distribuição médio do Brasil foi de 36,7%. **O viés é de baixa.**



FONTE: SNIS, 2014



AÇÕES DO MINISTÉRIO DAS CIDADES EM PERDAS:

O MCidades busca fomentar diversas **ações para redução** das perdas de água, mas os principais interessados nesta matéria devem ser os prestadores de serviços de saneamento: as perdas lhes acarretam prejuízos operacionais e financeiros consideráveis.

A atuação do Ministério ocorre por meio de Programas (**PAC Saneamento e outros**), que em muitos empreendimentos incluem ações que impactam na redução das perdas.

(**Exemplos:** setorização de rede, hidrometração, troca de tubulação de cimento amianto, automação de centrais de controle e operações, monitoramento de níveis de reservatórios, dentre outras).



AÇÕES DO MINISTÉRIO DAS CIDADES EM PERDAS:

Além disso, seus **manuals técnicos de SAA** estabelecem:

1. Em Municípios cuja perda esteja **acima da média nacional**, os empreendimentos destinados a novas instalações que impliquem em aumento da vazão produzida somente serão elegíveis quando estiver contemplado, no projeto a ser apoiado, um **Diagnóstico de Perdas de Distribuição**, com o objetivo de diminuí-las para percentuais inferiores ou, no máximo, iguais a **30%**.

2. Para os municípios cujas perdas já estejam entre **30 e 40%**, a diminuição requerida será **até 25%**.



AÇÕES DO MINISTÉRIO DAS CIDADES EM RSUs:

O **manejo** adequado dos **resíduos sólidos** é um mecanismo essencial de **proteção dos mananciais** de abastecimento de água, superficiais, subterrâneos e de nascentes.

Na divisão de competências no Governo Federal, o **MMA** é o Coordenador da Política Nacional de Resíduos Sólidos; mas **o MCIDADES** atua em empreendimentos de **Resíduos Sólidos Urbanos**, com recursos do PAC.



AÇÕES DO MINISTÉRIO DAS CIDADES EM RSUs:

- ü As intervenções de manejo de resíduos sólidos selecionadas pelo Mcidades no PAC somaram **84 intervenções**, com investimento global da ordem de **R \$ 1 bilhão**.
- ü Quase **90% das obras** já estão **concluídas**, gerando os benefícios ambientais e sociais.



AÇÕES DO MINISTÉRIO DAS CIDADES EM RSUs:

Apesar de haver uma evolução nos índices, a SNSA considera que ainda existem muitos **desafios a vencer**, especialmente em relação aos municípios de menor porte

Será preciso uma **intensificação** de mais **entendimentos** político-institucionais, em busca de soluções eficazes envolvendo os **três níveis da Federação.**



CONSIDERAÇÕES FINAIS:

üAs ações integradas de saneamento básico implicam em: - > disponibilidade hídrica nos **mananciais** - proteção **ambiental** de ecossistemas - equilíbrio operacional nos SAAs e SESs - atendimento de > qualidade p/ usuários - **ganhos financeiros** e de imagem aos prestadores de serviços.

üPermitem: - ganhos de eficiência - **redução dos custos operacionais** (< insumos como produtos químicos e energia elétrica) - otimização de prazos para investimentos e da necessidade de busca de novos mananciais - redução do impacto nos recursos hídricos - conscientização social no uso da água e na proteção ambiental – etc.



CONSIDERAÇÕES FINAIS:

üUm exemplo de integração de Programas é o recém lançado **PROGRAMA NOVO CHICO**, que prioriza os investimentos na revitalização da Bacia do Rio São Francisco, oficializado com a edição de Decreto Predidencial 8834 de 9 de agosto de 2016

üO programa dedicará especial atenção às ações permanentes e integradas de preservação, conservação, e recuperação ambiental visando o **uso sustentável dos recursos naturais e à melhoria das condições socioambientais e da disponibilidade de água** em quantidade e qualidade para usos múltiplos.



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO NACIONAL



PLANO
Novo Chico

**Programa de Revitalização da
Bacia do Rio São Francisco**

PLANO **Novo Chico**

Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco (PRSF)

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO NACIONAL

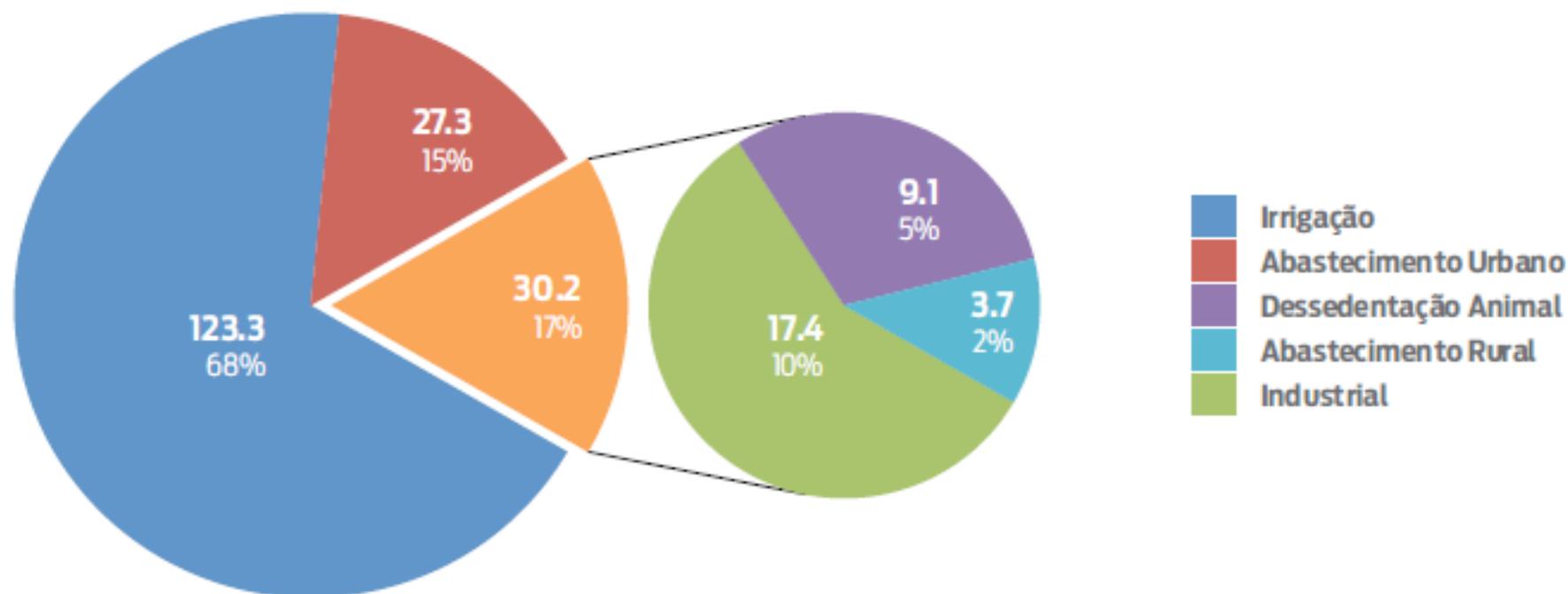


CONTEXTO GERAL



CONTEXTO HÍDRICO

Vazões retiradas na Bacia do Rio São Francisco (m³/s)



<http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/SaoFrancisco.aspx>

http://arquivos.ana.gov.br/institucional/spr/conjuntura/ANA_Conjuntura_Recursos_Hidricos_Brasil/ANA_Conjuntura_Recursos_Hidricos_Brasil_2013_Final.pdf



REVITALIZAÇÃO

- **Objetivo**

- ✓ Preservação, conservação e recuperação ambiental para uso sustentável dos recursos naturais, melhoria das condições socioambientais e da disponibilidade de água em quantidade e qualidade para os usos múltiplos

- **Ações permanentes e integradas:**

- ✓ Agenda transversal.

- Vários órgãos.
- Diferentes esferas de Governo.

- ✓ Perenidade das metas e dos esforços.

- Metas de longo prazo.
- Pactuadas entre os atores.

- ✓ Envolve vários setores.

- Setores público e privado.
- Grandes e pequenos produtores rurais.
- Medidas para áreas urbanas e rurais.

- ✓ Política evolui com o tempo.

- Incorporação de novas demandas.



• A Revitalização da bacia envolve ações de:

- ✓ Proteção e recuperação de nascentes.
- ✓ Controle de processos erosivos e recuperação de áreas degradadas.
- ✓ Educação ambiental e capacitação institucional.
- ✓ Saneamento básico.
- ✓ Coleta e tratamento de resíduos sólidos.
- ✓ Infraestrutura hídrica para usos múltiplos.
- ✓ Modernização da Irrigação.
- ✓ Apoio à produção sustentável.
- ✓ Fiscalização ambiental integrada.
- ✓ Unidades de Conservação.
- ✓ Etc.



DECRETO DE ATUALIZAÇÃO DO PRSF

- **Instalação do Comitê Gestor (ministerial): exigência do TCU.**
 - ✓ CC/PR (presidência).
 - ✓ MI (secretaria-executiva).
 - ✓ MMA, MPDG, MME, MCid, MCTIC, MF, MAPA, SEAD.
 - ✓ Governadores dos Estados que compõem a Bacia do Rio São Francisco.
 - ✓ Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF.
- **Instalação da Câmara Técnica.**
 - ✓ MI (presidência).
 - ✓ MMA, MCid, MCTIC, MAPA, SEAD, Codevasf, Funasa, ANA.
 - ✓ Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.



HORIZONTE 2016-2019

• Continuidade das obras de saneamento e abastecimento em andamento.

Ação	Órgão	Investimento 2016-2019 (R\$ milhões)			Municípios
		OGU	Outras Fontes	Total	
Sistemas de Esgotamento Sanitário	Mcid	360,9	261,6	805,1	137
	Funasa	167,4			
	Codevasf	15,2			
Sistemas de Abastecimento de Água	Mcid	90,5	191,4	356,9	80
	Funasa	51,4			
	Codevasf	23,6			

• Continuidade da ação governamental na área ambiental.

- ✓ Gestão integrada de recursos hídricos da bacia.
- ✓ Fiscalização ambiental.
- ✓ Proteção e recuperação de Áreas de Proteção Permanente.
- ✓ Recuperação e controle de processos erosivos.



HORIZONTE 2017-2026

• **Algumas das ações que estão em estudo para o primeiro Plano de Ação a ser detalhado em 90 dias:**

✓ **Planejamento e Monitoramento.**

- Conclusão do Zoneamento Ecológico-Econômico da Bacia do rio São Francisco.
- Constituição de Sistema de Informações.

✓ **Gestão e Educação Ambiental.**

- Fiscalização Preventiva Integrada.
- Formação e capacitação.

✓ **Proteção e uso sustentável dos Recursos Naturais.**

- Criação de Unidades de Conservação e parques fluviais.
- Recuperação de áreas degradadas.
- Recuperação e proteção de nascentes.

✓ **Economias sustentáveis.**

- Modernização da agricultura irrigada.
- Arranjos produtivos locais sustentáveis.
- Cadeias produtivas da sociobiodiversidade.

✓ **Saneamento, controle de poluição e infraestrutura hídrica.**

- Sistemas de Esgotamento Sanitário.
- Manejo de Resíduos Sólidos.
- Acesso à água para beber e produzir.



CONSIDERAÇÕES FINAIS:

üA SNSA/MCIDADES coloca-se à disposição de todos os atores do setor saneamento interessados em prevenir e evitar a Escassez de Água para colaborar em tudo o que for possível, assim como para discutir críticas construtivas e sugestões plausíveis.

üPARABÉNS à AESABESP pela realização do 27º Encontro Técnico e pelas 3 décadas de grandes serviços prestados ao saneamento no Brasil !!!



Obrigado pela atenção!

sanearbrasil@cidades.gov.br
(61) 2108-1931

